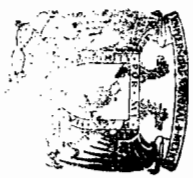
BIBLIOTECA
CENTRO UNIVERSITARIO DE INVESTIGACIONES BIBLIOTECOLOGICAS



INFOBILA

CDD 021.8
CDU 021.8

PROGRAMA PARA A IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COOPERAÇÃO DAS BIBLIOTECAS GOVERNAMENTAIS

Ory Terezinha Lisbôa Müller

Professora do Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Educação - FESC/UDESC.

Bibliotecária da Biblioteca da Secretaria da Fazenda/SC.

RESUMO: Programa para a implantação de serviços de cooperação das Bibliotecas Governamentais para criar os serviços de aquisição planificada, catálogo coletivo e padronizar os serviços técnicos com a finalidade de acelerar o processo de transferência da informação de forma mais eficiente e racional.

1. INTRODUÇÃO

Não temos, é certo, por tradição cultural, o hábito de freqüentar bibliotecas; é por tradição, ainda, que nos baseamos apenas em nossas experiências, conseguidas através de duras penas e em experiências alheias para ampliar nossos conhecimentos.

Isto se confirma, tendo em vista o alto índice de analfabetismo no Brasil e o despreparo técnico- cultural da maioria dos graduados que deixam as Universidades demonstrando claramente a ausência de uma estrutu

ra de base.

É necessário que haja uma mudança integral nos currículos de Biblioteconomia adaptando-as ao mercado de trabalho e às necessidades de cada região.

Essa melhoria do ensino possibilitará ao bibliotecário se elevar, não só tecnicamente como culturalmente podendo, dessa maneira, conseguir se manter paralelamente equiparado a qualquer técnico de nível superior e conseguir as reivindicações necessárias.

Sabemos muito bem que governar sempre foi uma tarefa muito espinhosa e a cada dia que passa vem se tornando cada vez mais difícil.

O avanço da tecnologia e a avalanche de leis, leis essas que servem de comporta, represando ou fracionando direitos e deveres, normalizando permissões, as quais inundam desde uma secretaria até um Estado, fazem com que os governantes vivam freqüentemente em busca de constantes atualizações.

Para ilibar suas decisões e não se perder neste mar de informações, os governos procuram soluções criando assessorias, órgãos de apoio, etc..., todos com o objetivo de auxiliar com a informação correta e no momento preciso.

As necessidades de cada governante, administrador, secretário, etc..., variam de acordo com as suas atribuições e se mesclam com as leis emanadas do poder legislativo para todo o território nacional. Dessas chefias e órgãos de apoio, vão surgindo livros e documentos que vão enchendo estantes em salas esparsas e locupletando locais inadequados.

É assim que surgiram e continuam surgindo as bibliotecas governamentais apenas resultantes do acúmulo de documentos e continuam a sobreviver estaticamente, sem qualquer planejamento ou orientação adequadas.

Planejamento, programações, métodos de organização, enfim, toda a implantação dessa mecânica administrativa não atinge a essas bibliotecas governamentais que, se crescem, é apenas de forma quantitativa, não em ter

mos quantitativo com aquisição previamente selecionada e estudada, mas através de compras esporádicas, aleatórias ou doações inúteis.

O bibliotecário recém saído de uma escola onde a maior ênfase é dada ao processamento técnico, fica oscilando na escolha do sistema a ser usado e se lança em tarefas isoladas, rotinas desordenadas e de baixa produtividade, trabalhando sem metas ou objetivos definidos.

Neste clima, onde campeia a ausência total de uma estrutura administrativa, o bibliotecário se vê marginalizado em sua profissão. A maioria desses bibliotecários possuem um dinamismo inerente a sua personalidade e grandes idéias individuais que nunca chegam a ser somadas e suas iniciativas são castradas pela máquina burocrática que lhes nega principalmente a participação do poder decisório.

A verba sempre escassa ou inexistente mesmo, é uma barreira que limita qualquer iniciativa para um "projetinho", por mais simples e humilde que ele seja. Ao pessoal auxiliar, que sem conhecimento de bibliotecário é colocado à disposição na biblioteca, nunca é questionada sua habilidade, competência ou interesse.

O bibliotecário então continua seu trabalho com esforço e sacrifício esperando uma solução imediata que nunca chega e vai fatalmente se acomodando às condições atuais deixando uma imagem negativa do seu desempenho profissional.

É mister que se comece a pensar em conjunto para se conseguir um bem maior, um bem comum. Idéias, atos e soluções isoladas irão se atrofiar e se arrastar capengando anos a fio, sem um resultado palpável e satisfatório.

No entanto, em um país de dimensões tão continentais com cultura, recursos, usos e costumes tão distintos é quase impossível querer uniformizar ou massificar qualquer tipo de instituição.

Mas, atualmente vêem se assistindo à construção de uma "Babel" de "arranjos" nos processamentos técnicos nas

Bibliotecas, tanto do governo como de economia mista , privadas ou particulares. A padronização e uniformização tão sonhada, para permitir e facilitar o intercâmbio, longe está de acontecer.

Uma solução que se descortina, a exemplo de outras áreas de atuação como a Rede Nacional de Bibliotecas do MEC - INL, Rede de Bibliotecas da Amazonia - REBAM, Biblioteca Regional de Medicina - BIREME, Rede de Bibliotecas da EMBRAPA, Centro Nacional de Informação e Transportes - GEIPOT, Processamento de Dados do Senado - PRODASEN, e muitas outras que já alcançaram um desenvolvimento racional e objetivo, seria a implantação de redes ou sistemas na área governamental.

A Portaria do MEC/GM-764/1971, publicada no DU 21.12.71, determina:

... " é obrigatório o registro no Instituto Nacional do Livro de todas as bibliotecas oficiais, semi-oficiais , públicas, escolares ou especializadas ... " questiona-se quantas bibliotecas da área governamental estarão registradas?

Citando a transcrição que Nylma Theresa de Salles Amarante fez do " Metas e Bases para ação do Governo " , vol. 1, pág. 119, que diz: " evitar que continue a verificar-se no País, a utilização pouco disciplinada e concomitante de sistemas, padrões e normas técnicas das mais diferentes origens, com evidente desperdício de recursos".

E a constante pressão para a redução de custos é o apelo sistemático dos governos no sentido de que esses recursos da União, dos Estados e Municípios precisam ser aproveitados.

A informação é peça fundamental para a tomada de decisões em todos os escalões da vida administrativa e econômica, assim sendo, ela é imprescindível para a área governamental.

Segundo Antônio Agenor Briquet de Lemos, a formação do hábito da utilização da informação é tão importante quanto a sua acumulação. Considerando, pois, a semelhança

das nossas bibliotecas governamentais, elas deveriam se submeter a um planejamento integrado que fizesse parte do planejamento econômico do País, e assim, inseridos neste contexto é que o planejamento bibliotecário poderá adquirir bases de apoio de que precisa para ser, não só eficaz, mas eficiente.

A conscientização das autoridades, sua compreensão e apoio seria o primeiro requisito básico. A formulação e execução de uma política de ação seria o primeiro passo para atingir a meta visada, pois dessa maneira a estrada ficará bem mais fácil de ser trilhada se houver um programa comum.

2. OBJETIVOS

2.1- GERAL

Criar (através de Decreto) um Centro de Informação.

2.2- ESPECÍFICOS

- Criar o serviço de aquisição planificada (a nível estadual)
- Organizar e manter atualizado o catálogo coletivo (a nível nacional)
- Incentivar a uniformização dos serviços técnicos (a nível nacional)
- Ser depositário legal (através de Decreto) das publicações oficiais (a nível estadual)
- Publicar bibliografias das publicações oficiais (a nível estadual)
- Promover o desenvolvimento das bibliotecas governamentais do interior do Estado (a nível estadual)
- Manter intercâmbio com todas as bibliotecas e/ ou Centros de Documentação da área governamental e bibliotecas afins (a nível nacional).

3. INSTALAÇÃO

O Centro de Informação deverá funcionar como órgão subordinado a uma Secretaria e sua instalação poderá ser em local independente ou de início acoplada a um biblioteca governamental.
Essa biblioteca deverá ser escolhida dentre as que melhores condições apresentarem, quanto:

- localização mais central
- espaço físico maior
- recursos financeiros
- recursos materiais
- pessoal especializado.

4. CENTRO DE INFORMAÇÃO

O Centro de Informação tem como finalidade reunir o esforço dos bibliotecários e os recursos já existentes das bibliotecas governamentais e promover seu desenvolvimento e eficiência, através de um trabalho integrado, visando maior economia e evitando duplicidade desnecessária. Este Centro de Informação terá uma equipe de trabalho e será regido por um conselho formado pelos bibliotecários das Secretarias do Estado.

4.1- ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE

- Receber e processar as publicações oficiais
- Formar e manter o catálogo coletivo atualizado
- Publicar o catálogo coletivo
- Publicar as bibliografias das publicações oficiais
- Divulgar as informações pertinentes às respectivas bibliotecas
- Proporcionar informações de onde poderá ser obtido o material solicitado
- Processar toda a legislação estadual
- Processar toda a legislação federal.

4.2- ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO COORDENADOR

- Elaborar um Manual de Serviço
- Comparecer às reuniões
- Proceder a seleção do material solicitado
- Proceder a aquisição de acordo com os recursos financeiros de cada Instituição.

5. CONCLUSÕES

Sabemos de antemão, que, antes de vermos realizado este programa, tropeçaremos em sérios obstáculos, anulando, talvez, grande parte do nosso entusiasmo.
O caminho a percorrer será longo, mas pretendemos seguir por um atalho e chegar, a curto ou a médio prazo, com o desejado trabalho cooperativo, racionalizando o emprego dos recursos e o esforço dos bibliotecários.
A longo prazo, pretendemos a realização de um milagre. Um milagre para um problema antigo e que vem se agravando gradativamente.
A solução que apresentamos não é nova e vem sendo usada de formas diversas em locais diversos e com sucesso.
Faz-se mister, porém, que se planeje com urgência um sistema com vistas à maximização na utilização de recursos e experiências.
Não estamos querendo propor leis, nem tentar ensinar' governantes a governar, apenas, vendo energias e matérias sendo desperdiçadas, propomos a catalização dessas energias, sugerindo idéias para o aproveitamento' de mecanismos hábeis para que se consubstanciem em uma política geral para as bibliotecas da área governamental.
É imprescindível que a FEBAB, através de suas Associações, comece uma campanha cerrada de conscientização, junto aos governos da esfera federal e estadual uma orientação, uma informação em sentido amplo, do que

seja uma biblioteca e o reconhecimento dos serviços do bibliotecário.

Costumamos acusar os nossos dirigentes da ausência de apoio e oportunidade às nossas bibliotecas e no entanto não apresentamos os consideráveis valores da informação mostrando assim que ela, a informação, é matéria prima indispensável no ato de governar.

6. ABSTRACT

The present work is a proposal in national level about cooperative serviços of governamental libraries.

7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. AMARANTE, Nylma Thereza de Salles Velloso. Programa básico da criação da rede (PBCR) de Bibliotecas do Ministério da Fazenda (BMFs). R. Esc. Bibliotecon. Brasília, 5(1):465-92, jan/jun.1977.

2. CALVACANTI, Maria das Neves Niederauer Tavares. Sistema de informações científica: uma experiência da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro. R. Bibliotecon. Brasília, 6 (2):189-201, jul/dez.1978.

3. MAGRISSO, Maria Olinda Cozza. Anteprojeto dos Serviços de cooperação das bibliotecas agrícolas do Rio Grande do Sul. R. Bibliotecon. Brasília, 5 (1):513-38 , 1977.

4. MIRANDA, Antônio. Bibliotecas universitárias no Brasil; reflexos sobre a problemática. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1, Niterói-RJ , 23-29 junho 1978. Brasília, CAPES/DAU/MEC, 1978, 36p.

ção de utilidade pública.

RESUMO

ARQUIVO PÚBLICO - SUGESTÕES PARA UM PROGRAMA OPERACIONAL

ORY TEREZINHA LISBOA MÜLLER
Universidade de Santa Catarina

Análise do arquivista recém-saído de um curso de Arquivologia ou Biblioteconomia, quando muito, razoável, enfrentando arquivos correntes ou inativos pertencentes a órgãos governamentais, onde não há, na grande maioria, nenhuma estrutura administrativa definida, nem atribuições ou atividades programadas, nem responsabilidade de poder decisório, nem verbas.

Visão dos arquivos dos órgãos governamentais, surgidos, mas não criados, provenientes da avalanche anual de documentos oriundos dos vários departamentos, seções ou divisões desses órgãos.

Esses documentos empacotados aleatoriamente sem possibilidade de recuperação a curto prazo e muitas vezes mesmo a longo prazo, vão locupletando locais úmidos e abafados, locais esses com feições e características típicas, sofrendo desgastes e se deteriorando, terminando finalmente, por serem queimados ou quilhotinados (picotados), sucedendo, neste descarte forçado, abusivo e desordenado a perda de documentos históricos importantes.

Comprovações de minúcias da história de uma nação nova como o Brasil, de seus Estados e até mesmo de seus Municípios, lamentavelmente, vêm se perdendo, ficando esses fatos, na maioria das vezes, apenas em suposições ou simples relatos, deixando dúvidas quanto a sua veracidade.

Um alerta às autoridades da importância que os arquivos públicos representam na história de uma nação e a necessidade de colocá-los juntamente com as Bibliotecas Públicas, sob o aval de uma mesma Instituição, dando a eles igual atenção e grau de importância e colocando em sua direção, pessoas com gabaritos e requisitos necessários

para conseguir profícuos resultados.

Um apelo aos Governos dos Estados e também Municípios, para que olhem de maneira diferente esses quivos departamentais; eles não são aqueles meros dep tos de papéis velhos e inúteis, mas sim resposta viva tiva de dia a dia de uma comunidade.

Aos arquivistas e/ou bibliotecários que mil neste campo de trabalho, um chamado para se unirem e f rem um grupo homogêneo de luta, a fim de realizar est sérios de abrangência nacional, criando normas e adequ soluções de acordo com a realidade de cada região.